



## ANTÔNIO ED É EMPOSSADO NO CARGO DE CONSELHEIRO

Cerimônia reuniu familiares e amigos e foi marcada pela emoção

Página 03

ENCONTRO COM GESTORES MUNICIPAIS CHEGA A MOSSORÓ

Página 10

REDE DE ESCOLAS CELEBRA UM ANO DE ATIVIDADES

Página 12

TARCÍSIO COSTA SE DESPEDE DO TCE APÓS 30 ANOS DE ATUAÇÃO

Página 05



## SELO DE TRANSPARÊNCIA

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e o Ministério Público de Contas (MPC/RN) fizeram a entrega do selo de transparência “Festejos Juninos” aos municípios, em virtude de terem prestado as informações referentes aos festejos juninos nas cidades de acordo com os parâmetros estabelecidos. O evento foi realizado às 14h do dia 21 de junho, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), em Candelária.

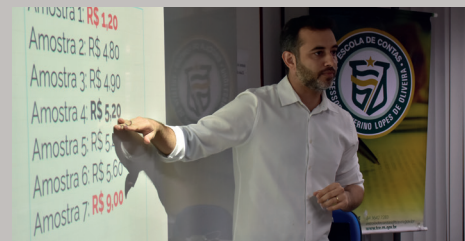
O painel eletrônico “Festejos Juninos” é uma iniciativa interinstitucional coordenada pelo Laboratório de Orçamentos e Políticas Públicas (LOPP) do MPRN. A iniciativa faz uso

de dados públicos e ferramenta tecnológica para acompanhar a alocação de recursos públicos para realização de festas de São João.

O painel reúne dados sobre as contratações de artistas para o período das festividades, garantindo uma maior transparência nas informações. Além de dar visibilidade aos investimentos na área da cultura, a ferramenta ainda cria um banco de dados sobre os preços praticados no tempo e no espaço pelos artistas, aprimorando a atuação fiscalizatória pelas instituições de controle.

## ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Promulgada em 1º de abril de 2021, a Lei nº 14.133 estabeleceu novas normas de licitação e contratação para as administrações públicas, visando ao aperfeiçoamento destes processos, garantindo mais agilidade e transparência. Com objetivo de capacitar agentes públicos para atuar com base neste novo normativo de compras públicas, a Escola de Contas do TCE promoveu o curso “Como Fazer Orçamento Estimativo (Pesquisa de Preço)”, ministrado pelo Procurador do Ministério Público de Contas, Thiago Martins Guterres.



A Lei nº 14.133/2021 substituiu a atual Lei das Licitações (Lei 8.666, de 1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520, de 2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei 12.462, de 2011), modificando as normas referentes aos sistemas de contratação da Administração Pública. Agora, além do pregão, concorrência, concurso e leilão, foi estabelecido o Diálogo Competitivo, nova modalidade de licitação voltada à contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados.

O valor ou orçamento estimado é elemento de suma importância nos processos de compra ou contratação (seja mediante licitação, seja através de contratação direta), devendo sempre constar dos autos do processo. É o valor estimado que retrata o preço médio do objeto no mercado. Todos estes temas foram apresentados e discutidos no curso, em duas turmas integradas por agentes públicos, gestores e servidores responsáveis pelas funções necessárias à execução da lei de licitações, uma pela manhã e outra à tarde, na sala de treinamento da Escola de Contas do TCE.

## ELABORAÇÃO DE EMENTAS

A Comissão Permanente de Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) lançou a cartilha “Diretrizes para Elaboração de Ementas”, destinada a servidores, membros e demais colaboradores da Corte de Contas. O documento pode ser acessado no seguinte link: <https://abre.ai/jRgK>.

O trabalho é fruto do “Curso de Elaboração de Ementas Jurisprudenciais: teoria e prática”, ministrado pelo professor e servidor do Tribunal de Contas da União, Cleber Araújo Cunha e realizado, em parceria, entre o TCE/RN e o Tribunal de Justiça do RN.

Além de trazer orientações técnicas, o curso sensibilizou os participantes sobre a relevância da atividade de elaboração para a organização, sistematização e pesquisa de jurisprudência dos Tribunais.

A ementa jurisprudencial é um resumo conciso de uma decisão judicial. Ela serve para facilitar a compreensão do julgamento, permitindo que advogados, juizes e o público em geral entendam rapidamente o conteúdo da decisão. Além disso, a ementa é fundamental para a pesquisa de jurisprudência, pois ajuda a identificar precedentes legais relevantes para casos futuros semelhantes.

## ACESSO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O TCE-RN, em conformidade com a Resolução nº 21/2023-TCE, lançou o Repositório Institucional TECER. O Repositório facilita o acesso público e gratuito a informações e conhecimentos produzidos pela instituição e seus colaboradores, promove a comunicação científica, preserva a memória institucional, amplia a visibilidade da produção intelectual e apoia o planejamento estratégico.

O TECER pode ser acessado no seguinte link: <https://tecer.tce.rn.gov.br/home>. Os usuários podem explorar os conteúdos nas comunidades e utilizar a caixa de busca para encontrar documentos organizados por título, autor, data, tipo, tema, entre outros critérios. O objetivo é proporcionar acesso fácil a um amplo acervo digital, promovendo a pesquisa, a aprendizagem contínua e o desenvolvimento profissional.

Baseado no sistema internacional DSpace, um software livre, o Repositório Institucional do TCE/RN foi estabelecido com o propósito de armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual das instituições



### SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE  
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE  
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA  
Renato Costa Dias

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA  
Antonio Ed Souza Santana

CONSELHEIRO CORREGEDOR  
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO OUVIDOR  
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS  
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA  
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS  
Marco Antônio de Moraes Régo Montenegro  
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL  
Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO  
Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa

CONSULTORA GERAL  
Andréa da Silveira Lima

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
Teresa Cristina Dias Diógenes

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE  
Procurador-Geral  
Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES  
Thiago Martins Guterres  
Carlos Roberto Galvão Barros  
Luciana Ribeiro Campos  
Othon Moreno de Medeiros Alves  
Ricart César Coelho dos Santos

### EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:  
Viktor Márcio Bruno Vidal

EDITOR: Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM: Isaac Lira

PRODUÇÃO: Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO: Fernando de Souza

DIAGRAMAÇÃO: Daiana Martins

TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Av. Getúlio Vargas, 690  
Petrópolis - Natal/RN  
CEP: 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278  
Site: [www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br)  
E-mail: [tce-ccs@m.gov.br](mailto:tce-ccs@m.gov.br)  
Facebook.com/tcedom  
Twitter: TCE\_RN  
Instagram: tce\_rm

# UM BAIANO “SOTEROPOTIGUAR” NO PLENÁRIO DO TCE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) deu posse, em sessão especial realizada no dia 28 de junho, ao novo Conselheiro, Antonio Ed Souza Santana, que assumiu a vaga pertencente ao quadro de Conselheiro Substituto, aberta com a aposentadoria da Conselheira Maria Adélia Sales, em março de 2024. A solenidade foi realizada no Plenário Dinarte Mariz e contou com a presença de autoridades, convidados, membros e servidores da Corte.

Aprovado em primeiro lugar no concurso para o cargo de Conselheiro Substituto em 2016, Antonio Ed foi escolhido pela Governadora Fátima Bezerra, a partir de uma lista tríplice elaborada pelo Colegiado da Corte, na qual constou em primeiro lugar na ordem de formação por critério de merecimento. Em seguida, seu nome foi aprovado, após arguição pública, pela Assembleia Legislativa. A nomeação foi publicada pelo Diário Oficial do Estado no dia 27 de junho.

“Esta vitória não é minha isoladamente. Muitos caminharam comigo”, disse ele, em discurso emocionado após assinar o termo e fazer o juramento de compromisso de posse. O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, destacou o caráter criterioso que marcou a escolha, lembrando que o TCE vivencia um momento de reestruturação, no papel indispensável e insubstituível da democracia.

No início da solenidade, sua família foi convidada para realizar a vestimenta da toga, ocasião em que foi facultada a palavra a Everaldo Santana, irmão do empossado, que lembrou a trajetória de luta e compromisso, agradecendo em nome da família a todos que contribuíram para esta ascensão. Em seguida, foi feita uma saudação pelo conselheiro Carlos Thompson, que o empossou como Conselheiro Substituto há oito anos, quando era presidente do TCE. “Bom senso, diálogo e respeito. Ed é um articulador nato. Adotou Natal e por ela foi adotada”, ressaltou.



O conselheiro Antônio Ed ao lado dos familiares: um baiano “soteropotiguar” — Imagem por: Caroline Macedo

O procurador geral do Ministério Público de Contas, Luciano Silva Costa Ramos, lembrou a origem dos dois, baianos que se encontraram no RN, hoje se autodenominando “Soteropotiguars”. Houve ainda os discursos dos conselheiros do TCM do Rio de Janeiro, Rodrigo Nascimento, e do TCE da Bahia, Nelson Pellegrino, que destacaram o perfil profissional e também humanitário do novo Conselheiro, que veio engrandecer a Corte potiguar.

A mesa de trabalho, presidida pelo conselheiro Gilberto Jales, foi composta ainda pelos Conselheiros Paulo Roberto Alves, Poti Júnior, Carlos Thompson e Renato Costa Dias, e pelo Conselheiro Substituto Marco Montenegro, além do vice-governador Walter Alves; deputado estadual George Soares (eleito recentemente pela Assembleia Legislativa para ocupar outra vaga de Conselheiro); o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Amílcar Maia; e o Procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos.

Foram registradas ainda a presença dos conselheiros aposentados Manoel de Medeiros Brito e Adélia Sales (cuja aposentadoria abriu a vaga ao quadro de conselheiro substituto) e o deputado estadual Tomba

Farias – representando a Assembleia Legislativa, o Juiz Federal Marco Bruno Miranda, o Procurador da República Fernando Rocha, entre outras autoridades.

### Currículo

Baiano de Salvador, Antônio Ed é Bacharel e Mestre em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Especialista em Contabilidade e Auditoria pela Universidade de Brasília – UNB. Tem ainda no currículo Anticorruption Program (Parceria CGU/George Washington University, The Center Of Latin America Issues – CLAI).

O novo Conselheiro tem mais de 23 anos de serviço público. Foi Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União - CGU, entre julho de 2002 e junho de 2016; Chefe-substituto da CGU - Regional/Bahia; Chefe da CGU - Regionais Amapá e Sergipe, e Coordenador-geral de Informações Estratégicas da Diretoria de Prevenção da Corrupção da CGU em Brasília. Também atuou como Analista do Banco Central do Brasil, entre julho de 2000 e julho de 2002.

## FALTAM VAGAS EM CRECHES

Levantamento apontou que 28 municípios não garantem o acesso à educação infantil de todas as crianças até 3 anos

Uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) revelou que 28 municípios do Rio Grande do Norte não estão oferecendo vagas suficientes em creches, contrariando uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que assegura o direito à educação para crianças de 0 a 5 anos.

O levantamento, que coletou dados de 144 municípios, mostrou que outros 14 estão prestes a enfrentar a mesma situação. A decisão do STF, de setembro de 2022, considera que o poder público tem o dever de garantir vagas em creches para crianças de até 3 anos e na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos.

Além disso, a auditoria identificou que 43 dos 131 municípios com crianças com necessidades especiais matriculadas não oferecem atendimento educacional especializado, o que contraria as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Outros problemas encontrados foram a falta de busca ativa para mapear a demanda, oferta predominante de vagas em

meio período, ausência de planos de expansão, obras paralisadas, e média de mais de 15 alunos por professor.

O levantamento, instrumento de fiscalização utilizado na ação, teve o objetivo inicial de conhecer o atual contexto dos municípios do RN quanto à oferta de vagas em creches e a aspectos transversais ao tema. As irregularidades apontadas pelo relatório poderão embasar ações fiscalizatórias futuras.

A equipe técnica responsável pelo trabalho sugeriu ao fim que o relatório seja enviado aos Secretários de Educação, Prefeitos e órgãos de controle dos Municípios, além das Câmaras Municipais, para que tomem ciência e as medidas cabíveis.

Foi sugerida à Secretaria de Controle Externo do TCE (SECEX), a elaboração de uma Nota Técnica recomendando a observância da decisão do STF e o cumprimento do dever constitucional de garantir vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos, cujos pais demonstraram interesse pela vaga.



Levantamento em 144 municípios potiguares apontou que 28 não atendem a demanda de vagas em creches — Imagem por: Ilo José



Sem a tradicional toga de Conselheiro, Tarcísio Costa se despede do TCE depois de 30 anos de serviços prestados

## A ÚLTIMA SESSÃO

O conselheiro Tarcísio Costa foi homenageado, no dia 23 de maio, em sua última sessão no Tribunal de Contas do Estado. Tarcísio Costa teve sua aposentadoria da Corte de Contas efetivada no dia 24 de maio, após 30 anos de serviços prestados ao controle externo potiguar. Com a aposentadoria, o TCE/RN terá 30 dias para comunicar à Assembleia Legislativa a vacância do cargo. A vaga deixada pelo conselheiro Tarcísio Costa será ocupada após escolha e indicação da ALRN.

Durante a sessão, os membros e servidores da Corte de Contas lembraram a trajetória do conselheiro, assim como algumas das suas marcas deixadas ao longo de sua passagem pelo Tribunal. São exemplos: a criação da Escola de Contas, a realização de concurso público para o Ministério Público de Contas e, mais recentemente, a implantação do Kairós em parceria com a UFRN, possibilitando o uso da inteligência artificial na Corte de Contas, entre outros momentos marcantes.

Logo no início da sessão, o conselheiro Tarcísio Costa, antes de relatar seus últimos processos, fez o discurso de

despedida, acentuando que “ao longo deste tempo, houve um engrandecimento do Tribunal”. “As pessoas passaram a se qualificar mais, muitas ações foram executadas. O Tribunal é um lugar de excelência. Trata-se de uma instituição que vem cumprindo, cada vez com mais rigor e excelência, o seu papel”, ressaltou.

O conselheiro Paulo Roberto Alves saudou o colega e ressaltou os méritos de Tarcísio Costa, agradecendo pelo legado deixado no TCE. “Trouxe inovação, modernidade, a esta Casa”, disse. O conselheiro Renato Costa Dias lembrou as raízes seridoenses que unem os dois e o procurador-geral do MPC, Luciano Ramos, destacou o relacionamento do conselheiro com o Ministério Público de Contas ao longo do tempo. “A palavra que destacaria para ele é sabedoria”, disse.

O conselheiro Carlos Thompson enfatizou a personalidade amena e cordial, além da sua discricão. Destacou a importância do trabalho da Escola de Contas, “sua pluralidade e capilaridade” e, no campo pessoal, enalteceu que Tarcísio viajou o mundo todo, mas nunca

esqueceu suas origens seridoenses, além da relação com Deus, sendo devoto de Nossa Senhora de Santana. O conselheiro Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior também lembrou a Escola de Contas como “uma árvore frondosa que hoje espalha frutos em toda a administração pública”. O conselheiro substituto Antonio Ed Souza Santana, por sua vez, agradeceu pelos ensinamentos e conselhos obtidos em várias ocasiões.

Por fim, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, lembrou vários momentos de atuação em conjunto e como o conselheiro Tarcísio Costa colaborou como “um ponto de equilíbrio”, o que era resultado de uma trajetória no serviço público em várias organizações e de uma profícua formação sertaneja.

Ao longo da sessão, foram lidas mensagens de diversas autoridades, como a mensagem da governadora Fátima Bezerra; do presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira de Souza; do Instituto Rui Barbosa e da Associação dos Tribunais de Contas, concluindo com seu irmão, o ex-governador Vivaldo Costa.

## ESPAÇOS DE DEBATES QUALIFICADOS

Ao invés de apontar “metas” a serem alcançadas, os participantes do XI Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas (Bibliocontas), realizado no auditório do TCE/RN, resolveram inovar e apresentaram, na carta compromisso, “não firmar compromissos de ações, mas de estudo, de investigação, de pensarmos juntos em como o Bibliocontas pode auxiliar os servidores do Tribunais de contas, os jurisdicionados e a sociedade a navegar neste momento de pouca previsibilidade do futuro e mudanças de escopo no trabalho dos tribunais de contas, como por exemplo a avaliação de políticas públicas”.

Ao longo de três dias, representantes de tribunais de contas de todo o país se dispuseram a discutir temas de relevância na área de gestão de conhecimento e informação, assuntos que remetem a modernidade e complexidade, por isso mesmo desafiadores, abrangendo questões como: Competência Informacional; Gestão do Conhecimento; Gestão Documental; Políticas Públicas em Bibliotecas Públicas; Acessibilidade em Bibliotecas; T Curadoria digital; indicadores em arquivos e bibliotecas e Marketing Digital, temas que serão trabalhados, visando a integração junto ao Instituto Rui Barbosa, braço educativo do sistema tribunal de contas.

Durante os últimos três dias, passamos por diversos temas relacionados a informação, conhecimento e inovação. Nos deixamos inspirar e influenciar por novas formas de pensar e agir dentro das nossas áreas, que vão desde as bibliotecas, os arquivos, a jurisprudência, a educação corporativa, a gestão do conhecimento.

Encerrando a programação, foram realizadas as seguintes palestras: “A importância da cultura de privacidade e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, a cargo da analista do Tribunal de justiça, Adriana Carla de Oliveira; “Acervo 2030: relato de uma ação de Acesso à informação na Biblioteca do TRT 21”, pelo bibliotecário Leandro de Sousa e “Preservação Digital”, pela professora e doutora da UFRN, Patrícia Penna Macêdo.



Palestra sobre a inovação e a importância da cultura de privacidade e da LGPD, conduzida pela analista do Tribunal de Justiça, Adriana Carla de Oliveira

### GESTÃO DO CONHECIMENTO

A bibliotecária do TCE, e coordenadora da Rede Bibliocontas, Michele Dias, celebrou a realização do evento no Rio Grande do Norte. “O XI Fórum Nacional dos Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas é um sonho que está sendo realizado. É um espaço de relevância, com debates qualificados na área de gestão do conhecimento, proporcionando uma maior integração dos Tribunais”, falou.

O Bibliocontas, que tem como objetivo promover o intercâmbio de informações, conhecimentos e boas práticas entre as unidades de informação dos Tribunais de Contas dos países de língua portuguesa e Mercosul, contará com uma programação diversificada, que inclui palestras, painéis, mesas-redondas e oficinas ministradas por especialistas renomados na área.

### ENCCO EM SERGIPE

Membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) participaram da abertura do Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCCO 2024, realizada no auditório Lourival Batista, no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. A palestra magna da solenidade teve a condução do ministro emérito do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto.

O presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, integrou a mesa de autoridade e fez um breve pronunciamento na abertura. “Eu tenho certeza que nós vamos fazer o maior ENCCO da história até hoje. E com certeza a presidente do TCE de Sergipe, Susana Freitas, e sua equipe or-

ganizaram um evento primoroso dos detalhes. E essa energia está reverberando nos conteúdos, já a partir das reuniões temáticas”, disse Jales, que também preside o Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do IRB, responsável pela promoção do ENCCO.

Ainda integraram a comitiva da Corte potiguar no evento os conselheiros Paulo Roberto Alves (Corregedor) e Carlos Thompson Costa Fernandes (Ouvidor); a secretária-chefe do Gabinete da Presidência e coordenadora do Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do IRB, Teresa Diógenes; o diretor da Corregedoria, Ronald Moraes; e a diretora da Ouvidoria, Ana Eleonora Freire.

## ENCONTRO DEBATE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Audidores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) participaram do Encontro Nacional de Auditoria de Obras Públicas – ENAOP, realizado no Sesc Praia, no município de Luis Correia, no Piauí, entre os dias 12 e 15 de junho. O evento teve como tema “Planejamento da Infraestrutura” e foi uma realização do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, tendo como objetivo debater a importância do planejamento para o aperfeiçoamento da infraestrutura e das atividades de auditoria das obras públicas no Brasil.

Com a participação de 225 pessoas, a programação constou de exposições acerca de modernas técnicas e soluções de planejamento, buscando responder as seguintes questões: o que é um planejamento de infraestrutura; quais são aspectos relevantes do planejamento; que experiências demonstram a necessidade do planejamento; que boas práticas podemos usar como referência e qual a importância da integração multinível dos planejamentos no Brasil.

Nesta perspectiva, foi feito o lançamento de vários livros digitais, entre os quais “Gestão, Controle e Regulação do Saneamento Básico”, que conta com a colaboração do auditor de controle externo do TCE potiguar, Vladimir Sérgio de Aquino Souto, com o artigo “Obrigações Legais da Gestão Municipal no Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos”, em que mostra as obrigações legais impostas para a gestão municipal, principalmente relativas à prestação dos serviços de limpeza urbana, aos deveres

da implantação da coleta seletiva e da correta destinação dos resíduos.

Na abertura do encontro, o presidente da Atricon, Conselheiro Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), chamou a atenção para a responsabilidade de fiscalização dos Tribunais de Contas quanto à execução de obras públicas e o desafio de retomar as que estão paralisadas em decorrência da falta de planejamento, inclusive orçamentário e financeiro. “Devemos ser rígidos quando necessário. Mas o papel fundamental dos Tribunais de Contas é orientar os gestores públicos a fim de que eles entreguem aquilo que se propuseram a entregar, atendendo a contento às necessidades da sociedade, garantindo a agilidade da administração pública e evitando o desperdício de dinheiro público”, disse.

Em seu discurso o presidente do TCE-PI, conselheiro Kennedy Barros, enfatizou a relevância do encontro. “O ENAOP traz informações resultantes de muito estudo, de profissionais e especialistas em tudo o que diz respeito a

planejamento de obras e fiscalização de obras públicas”. A presidente do Ibraop, Adriana Portugal, deu destaque às ações do instituto e à união de forças dos órgãos de fiscalização e controle para o bom cumprimento das políticas públicas voltadas à execução de obras.

Além das palestras focando temas como “A atuação do TCU no planejamento da infraestrutura”, “Procedimentos Socioambientais”, “Tomada de decisão de projetos de infraestrutura”, “Garantia da financiabilidade de projetos de infraestrutura”, “O Papel dos Tribunais de Contas na Gestão de Riscos Socioambientais nas Desestatizações” “Desafios do Controle no Pacto de Retomada das Obras” entre outras, estão sendo lançados ainda os livros “Obras Públicas: esclarecendo suas dúvidas” e “Tribunais de Contas e os processos de desestatização; lançada nota técnica sobre “Sistema de Registro de Preços em Obras e Serviços de Engenharia” e o texto final da “Orientação Técnica sobre Reequilíbrio Econômico-financeiro” dos contratos administrativos, encerrando com visita técnica ao Porto Piauí.



Equipe da Inspeção prestigiou o encontro realizado no Piauí



Ferramenta apresenta pontos fortes e oportunidades de melhorias

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Uma reunião da presidência com todas as diretorias e coordenações do TCE, intermediada pela Assessoria de Planejamento e Gestão – APG, marcou o início dos trabalhos internos do ciclo 2024 do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), a principal ferramenta de análise sobre a atuação dos Tribunais de Contas de todo o país. A iniciativa tem como finalidade identificar pontos fortes e oportunidades de melhorias, além de dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas pelos TCs.

A reunião foi aberta pelo presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, que explicou aos servidores envolvidos nos trabalhos a importância do MMD-TC para a autoavaliação do Tribunal de Contas. “É uma ótima ferramenta para sabermos onde estamos indo bem e onde precisamos melhorar”, disse, lembrando que o TCE potiguar participa do programa desde a sua criação.

Jales detalhou as novidades do programa, que passa a ser executado por meio do sistema Aprimore, uma plataforma nova que facilita a inserção de informações dos respectivos tribunais. “O maior beneficiário desse programa é o próprio tribunal. Sabendo utilizar a ferramenta para autoavaliação, podemos nos conhecer melhor”, pontuou.

O funcionamento da nova ferramenta, as mudanças nos critérios de avaliação e o cronograma de atividades do ciclo 2024 foram apresentados pelo coordenador de de Assessoria de Planejamento e Gestão, Ricardo Villaça. Ele trouxe informações do treinamento realizado

em São Paulo, no Tribunal de Contas do Município (TCM-SP), que capacitou os integrantes das comissões que executam o MMD-TC.

“Houve mudanças em alguns critérios e indicadores. Vamos conhecer bem todo o sistema quando começarmos a trabalhar de fato”, afirmou Villaça, que integra a Comissão de Avaliação. Também há no grupo de servidores envolvidos nos trabalhos os responsáveis pelos indicadores exigidos pelo programa e a Comissão de Controle de Qualidade.

A metodologia do MMD-TC é constituída por seis domínios, subdivididos em 25 indicadores, que podem ter até quatro dimensões cada um, totalizando, atualmente, 499 critérios analisados (requisitos usados como referência para avaliação dos TCs), sendo possível, em cada ciclo de medição, a quantificação do universo de Boas Práticas apresentadas pelos Tribunais de Contas.

O método é inspirado em normas internacionais como a Supreme Audit Institutions – Performance Measurement Framework (SAI-PMF), da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), e incorpora as diretrizes da Atricon, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs). A periodicidade de aplicação da avaliação é bianual e recebe certificação da Fundação Vanzolini. Os resultados serão apresentados em novembro, em congresso dos Tribunais de Contas.

## FOCO NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Com intuito de aperfeiçoar a execução da política pública socioeducativa no Estado, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) vai executar uma auditoria operacional na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Norte (Fundase-RN), órgão responsável pelo acolhimento de adolescentes e jovens que cometeram ato infracional grave. O primeiro passo foi dado no dia 17 de junho, com a realização de uma reunião com representantes de órgãos que trabalham com a temática, para apresentação e discussão do painel de referência, definindo a matriz de planejamento da inspeção.

A diretora da DAI (Diretoria da Administração Indireta do TCE), Ana Paula Figueiredo, explicou aos participantes o objetivo da reunião, lembrando que a proposta é contribuir na discussão, buscando avanços no sistema socioeducativo. Em seguida, o coordenador da auditoria, Valber Campelo, auditor de controle externo do TCE, destacou o espírito colaborativo da iniciativa, coletando opiniões especializadas a respeito da história, o que vai resultar em alertas, críticas e sugestões em torno da execução das medidas socioeducativas, sobretudo com relação a situação de internamento.

Campos; pelo promotor de justiça, Marcus Aurélio Barros; a subcoordenadora de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação, Vanusa Rejane; o subcoordenador da Proteção Básica da Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Thiago Gomes; e a coordenadora do Observatório da população infanto-juvenil em contextos de violência, Ilana Lemos de Paiva; entre outros participantes que contribuíram com relatos do trabalho realizado em cada organização e sugestões para a auditoria.

A Fundase/RN é um ente da administração indireta do Governo do Estado vinculado à Sethas, responsável pela execução das medidas socioeducativas (em meio fechado) aplicadas aos adolescentes infratores de todo o Estado. No RN, administra dez unidades nas cidades de Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró, sendo quatro unidades de internação (Case), três unidades de cumprimento de medida em semiliberdade (Casemi) e três unidades de internação provisória (Casep), responsáveis pelo pronto atendimento dos adolescentes.



O TCE/RN vai executar uma auditoria operacional na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Norte (Fundase-RN)

## TERCEIRO ENCONTRO REGIONAL REÚNE GESTORES MUNICIPAIS EM MOSSORÓ

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), por meio da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, em parceria com as federações dos Municípios (Femurn) e das Câmaras Municipais (Fecam/RN), promoveu nos dias 10 e 11 de julho, no município de Mossoró, o terceiro Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais do ciclo 2024. O Polo III reuniu 30 municípios da região Oeste. As palestras foram realizadas no auditório do Serviço Nacional da Indústria – Senai.

Os encontros, que acontecem anualmente em quatro regiões do estado, têm como objetivo promover a capacitação e atualização dos gestores públicos, servidores e sociedade civil sobre temas relevantes relacionados à administração pública e ao controle externo. Já foram realizados encontros em Natal (17 e 18 de abril) e Pau dos Ferros (12 e 13 de junho). Após Mossoró, ainda será realizado em Caicó (7 e 8 de agosto), atingindo assim todo o estado do Rio Grande do Norte.

A programação constou de palestras e mesas-redondas com especialistas renomados. No primeiro dia pela manhã foi apresentado o tema “Prestação de contas eleitorais nas Eleições de 2024”, a cargo do Juiz de Direito José Herval Sampaio

Júnior; seguido por “Restrições de final de mandato”, em mesa-redonda com participação de Marise Magaly, Diretora de Administração Direta do TCE/RN e Andrei Herbert, consultor jurídico do TCE/RN, mediada pelo Conselheiro Presidente do TCE-RN, Gilberto Jales.

No período da tarde, os participantes tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre temas como as macrofunções do controle interno, apresentadas por Rachel Ribeiro, da CGU/RN; inteligência artificial na administração pública, com Vinícius Brito Filho, Diretor de Tecnologia da Informação do TCE/RN; e Transparência Pública com Larissa Almeida, Auditora de Controle Externo; e despesas com pessoal no encerramento de mandato, com Victor Rafael, Auditor de Controle Externo do TCE/RN.

O segundo dia começou com discussões sobre planejamento e gestão de resíduos sólidos, com apresentações de Marília da Cunha Lima, Analista de Controle Externo, e Marcelo Queiroz, Auditor de Controle Externo, ambos do TCE-RN. Em seguida, Ricardo Villaça, Diretor de Planejamento Estratégico do TCE/RN, abordou o tema da gestão de projetos na administração pública.

A programação da manhã do segundo dia foi encerrada com uma mesa-redonda sobre a nova Lei de Licitações e Contratos, com o auditor Victor Rafael e Vanessa Ubarana, Analista de Controle Externo do TCE/RN.



Segundo Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais do ciclo de 2024, em Pau dos Ferros — Imagem por: Caroline Macedo

## META É QUALIFICAR A GESTÃO

O segundo Encontro Regional, em Pau dos Ferros, reuniu representantes da região do Alto Oeste potiguar. Na ocasião, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, reforçou o que chamou de nova ótica do Tribunal de Contas de orientar os gestores públicos com vistas a evitar erros formais e qualificar a gestão pública. “Cada vez mais o Tribunal vem saindo daquela ótica de um órgão de atuação formal para órgão de apoio aos gestores, de benefício ao cidadão, buscando que nossa atuação seja dentro das realidades. Gostaria que registrar que pra isso é necessário sempre manter parcerias como as que temos com Femurn, Fecam e municípios”, afirmou.

Os integrantes da mesa agradeceram ao TCE pela qualificação por meio dos encontros regionais. Luciano Santos, presidente da Femurn, disse que isso facilita o acesso a informações. “Já é tão difícil quando temos a escassez de recursos, e se não temos a informação precisa para uma boa gestão, fica pior. Muitas vezes somos prejudicados por essa falta de informação. Por isso, é tão importante essa iniciativa do Tribunal de Contas”, comentou.

A prefeita de Pau dos Ferros, Mariana Almeida, ressaltou a necessidade de se levar capacitação aos municípios. “Eu sei o quanto é importante para nós que somos da região mais distante da capital. São coisas que a gente precisa sempre levar na bagagem. Tenho certeza que todos que estão lotando esse auditório são gratos por esse momento”, disse. A presidente da Fecam, Erineide Sá, destacou a importância dos encontros para a gestão pública nas Câmaras Municipais.

## TCE E COMPLEXO DE ENSINO NOILDE RAMALHO FIRMAM PARCERIA

Um convênio firmado entre o Tribunal de Contas do Estado e o Complexo Educacional Noilde Ramalho, integrado pela UNI-RN, Colégio Henrique Castriciano e Escola Doméstica de Natal possibilita a prática de esportes, nas mais diversas modalidades, no ambiente daquela instituição de ensino. Acordo neste sentido, com vigência inicial de dois anos, foi firmado entre o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales e o presidente da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, Manoel de Medeiros Brito, na manhã do dia 03 de maio, na sede da Liga, mantenedora das referidas unidades de ensino.

“Me sinto muito lisonjeado, orgulhoso em manter este acerto com o TCE, casa da qual faço parte, pois sou servidor aposentado. É um convênio importante para ambas as instituições”, enfatizou o presidente da Liga, Manoel de Medeiros Brito, sendo complementado pela diretora do Complexo de Ensino ED/HC, Lucila Ramalho. “Esta parceria só fortalece a relação entre estas duas instituições. A atividade esportiva é muito importante para a saúde e nosso espaço é

diferenciado, cercado de verde por todos os lados e com uma equipe de professores qualificada”, destacou.

“Esta é mais uma parceria importante que vai além da área de esportes, envolve também a oferta de estágio, a troca de experiência, a inserção num ambiente acadêmico”, lembrou o presidente do TCE, Gilberto Jales, destacando que os atletas do Tribunal de Contas passam a levar o nome do Complexo de Ensino para onde forem, como é o caso das Olimpíadas do TCE, que este ano vai ser realizada no estado do Tocantins e deverá reunir em torno de 1500 pessoas de todo o País em dezenas de competições. Pela parceria, o Complexo educacional entra com a estrutura física e o TCE com equipamentos e a manutenção adequada dos espaços utilizados.

Além dos presidentes das duas instituições, a assinatura do convênio foi acompanhada pelo Secretário Geral do TCE, Ricardo Câmara; o coordenador do setor de Gestão de Pessoas, Gláucio Torquato; a presidente da Comissão de Esportes do TCE, Fernanda Gurgel Dias; e os demais componentes da comissão: Cláudio Formiga, Adriano Clementino, Gilberto Brito e Jordana Campos.



Acordo foi firmado entre o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales e o presidente da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, Manoel de Medeiros Brito

# REDE DE ESCOLAS CELEBRA UM ANO DE ATIVIDADES



Os professores Ana Carla e Luciano Vieira, da USP, falaram dos desafios do uso da Inteligência Artificial

A Rede de Escolas Judiciais e de Governo do Rio Grande do Norte (REJUG-RN) celebrou seu primeiro ano de atividades com o evento “Inteligência Artificial e a Jornada para o Futuro: Oportunidades e Riscos”, realizado no dia 14 de junho no auditório da Escola de Magistratura do RN (Esmarn). O encontro reuniu servidores públicos, estudantes e membros da sociedade em geral para uma manhã de imersão em conhecimento sobre as aplicações e implicações da Inteligência Artificial (IA), com palestras interativas ministradas pelos professores-doutores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo, da Universidade de São Paulo, ambos coordenadores do grupo de pesquisa USP – SmartCitiesBR.

Os trabalhos foram iniciados com apresentação da Orquestra Sanfônica do Museu do Vaqueiro, com músicas do cancioneiro popular nordestino, seguindo pela composição da mesa com representantes das organizações que integram a REJUG, a partir da presidente de honra, desembargadora Zeneide Bezerra; o diretor da Escola de Magistratura do RN, desembargador Vivaldo Pinheiro; o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales; diretora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região do RN, desembargadora Maria do Perpétuo Socorro; diretor do Núcleo Seccional da Escola de Magistratura Federal, juiz federal Marco Bruno Clementino; diretor do

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, promotor de justiça Erickson Girley Santos; diretor da Escola Judiciária Eleitoral, juíza Ticiania Delgado; subsecretário de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Administração, Carlos José Cerveira e o diretor da Escola da Assembléia Legislativa, José Bezerra Marinho.

“Estamos em Rede, somos companheiros de uma mesma viagem. Estamos todos coligados e nosso destino é comum”, discursou José Bezerra Marinho, falando em nome de toda a Rede. “Nosso papel é dar oportunidade ao impossível: procurar formar muito além do informar”, disse, refletindo sobre o momento que o mundo vivência, com a crise planetária provocada por desastres ambientais e guerras. Mesmo assim, enfatizou a necessidade de se ter esperança, “não passiva, mas ativa, numa utopia necessária”.

Em seguida o presidente do TCE destacou o ineditismo do trabalho em Rede, lembrando dos resultados alcançados em um ano de trabalho, com a qualificação e capacitação de milhares de servidores públicos. A desembargadora Zeneide Bezerra contou como foi o início da construção da REJUG, lembrando que anteriormente todas as organizações desenvolviam iniciativas individuais, ressaltando a importância do trabalho numa perspectiva coletiva.

“Este primeiro ano foi de grandes desafios e conquistas, e hoje marcamos não apenas a celebração do que alcançamos, mas também o início de uma nova fase, com ainda mais integração e inovação”, prosseguiu o coordenador da REJUG, André Gustavo Almeida, que também é diretor da Escola de Contas, fazendo o lançamento do novo portal da Rede ([rejudg.rn.gov.br](http://rejudg.rn.gov.br)) composto por um repositório de recursos educacionais, notícias e informações sobre as atividades que a Rede oferece, como cursos, disseminação de boas práticas, materiais didáticos e informações relevantes, promovendo um desenvolvimento profissional constante.

Finalizando a programação, os participantes tiveram a oportunidade de interagir com os professores da USP, Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo, que abordaram questões pertinentes a “Inteligência Artificial e a jornada para o futuro – oportunidades e riscos”, levantando questões e discutindo casos práticos de uso da IA no setor público. “Este é um tema que vem transformando a sociedade. Precisamos dominá-lo”, disseram, lembrando que “O futuro não é dado, sim conquistado. A democracia não é dada, sim conquistada. A liberdade não é dada, sim conquistada”, levando a reflexão e estimulando a todos os presentes ao aprendizado, como uma ferramenta e uma conquista constante que devem permear a vida de cada um e a sociedade.